

CONTRATO CEDAE N.º 131 /2019 (DRM)

Contrato que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)** e a **LOCTECH LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP**.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655 – Cidade Nova – CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato por meio de seus Diretores ao final assinados, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, Diretor Presidente, respondendo pela Diretoria da Região Metropolitana, e Sr. JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, doravante denominada **CEDAE**, e a **LOCTECH LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP**, sediada na Av. Prefeito Isoldackson Cruz de Brito, n.º 158, Vila Margarida - RJ, CEP: 23.825-840, inscrita no CNPJ sob n.º 31.954.621/0001-38, neste ato por meio de sua Sócia Administradora ao final assinada, Sr.ª. PAULA GONÇALVES RIBEIRO DE ANDRADE, brasileira, empresária, inscrita no CPF sob o n.º 108.732.047-00, portadora do RG n.º 20.829.520-4, residente e domiciliada na Rua Celso Benedito Conceição, lote 02, casa 02, Condomínio Parque Independência II, Parque Independência, Itaguaí, RJ, CEP: 23.810-690, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, têm entre si, na conformidade do que consta do **Processo nº E-07/100.463/2019** mediante **PREGÃO ELETRÔNICO nº 629/2019** que se regerá pelas normas da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo que dispõe o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE - RILC pelos preceitos de direito privado, pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002 e na Lei Complementar Federal nº 123/06, estando sujeito às disposições da Lei Estadual 7.539 de 27 de março de 2017, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no edital de licitação e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

- 1.1. O objeto do presente ajuste trata da **"SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, ATRAVÉS DE EQUIPAMENTOS DE SUÇÃO, ASPIRAÇÃO E HIDROJATEAMENTO DE ALTA PRESSÃO, DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO"**, conforme Pregão Eletrônico nº 629/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

- 2.1. Inserem-se no escopo desta contratação, embora não transcritos, o detalhamento contido nos Anexos do Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 629/2019; bem como a proposta da contratada, autuada às fls. 437 e planilha detalhada às fls. 438/444 do Processo Administrativo Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CEDAE

- 3.1. Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a - efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste Contrato;
b – emitir eventuais autorizações específicas para atuação junto a terceiros;



- c – fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, ligados ao presente Contrato;
- d – nomear Comissão para o acompanhamento e para a aceitação provisória e definitiva do objeto.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A **CONTRATADA** obriga-se a:

- a - Conduzir o objeto de acordo com o projeto básico, às fls. 263/279 do processo de referência, bem como de acordo com as normas aprovadas para sua execução, em estrita obediência às leis vigentes;
- b - Responder pelos serviços que executar, na forma da lei;
- c - Prover os serviços, ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela **CEDAE**;
- d - Providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos em virtude de Lei, com vigência a partir da data de início do objeto até seu aceite definitivo;
- e - comparecer, sempre que a **CEDAE** solicitar, aos seus escritórios ou em outro local indicado, por seu titular ou engenheiros credenciados, para examinar e prestar esclarecimentos a problemas relacionados com o objeto deste Contrato. A convocação deverá ser feita com, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;
- f - Atender a todas as solicitações de natureza técnica, bem como os métodos de inspeção e controle realizados pela **CEDAE**, assim como fornecer todos os dados e esclarecimentos solicitados em razão da execução do objeto;
- g - Manter a **CEDAE** informada, de acordo com as conveniências desta, de todos os pormenores dos serviços contratados;
- h - Destinar um recinto apropriado em seu escritório, a fim de alojar o pessoal técnico da Fiscalização da **CEDAE**;
- i - Substituir qualquer membro da equipe de trabalho, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que solicitado pela **CEDAE**;
- j - Prestar, sem ônus para a **CEDAE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados nos trabalhos, sempre que a ela imputáveis;
- k - Submeter à prévia aprovação da **CEDAE** qualquer alteração de sua equipe de trabalho;
- l - Providenciar, antes do início dos serviços, o recolhimento da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) dos responsáveis técnicos envolvidos na execução do objeto, conforme determina a Lei Federal nº 6.496 de 07/12/77;
- m – A gestão dos resíduos que eventualmente venham a ser gerados da totalidade das atividades deverá seguir ao estabelecido nas diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão de resíduos da construção civil da Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002;

- n - A **CONTRATADA** poderá ser chamada a disponibilizar as Memórias de Cálculos de dimensionamento, juntamente com o Projeto Executivo, para fins de verificação de adequação da solução adotada;
- o - Dependendo do tipo de serviço a ser executado, a **CONTRATADA** deverá apresentar para cada medição a respectiva memória de cálculo, na qual deverá constar a indicação dos locais precisos da execução do objeto e das dimensões de cada parte ou trecho do item medido, preferencialmente através de croqui;
- o.1 - A medições serão realizadas com base no que fora efetivamente realizado pela **CONTRATADA**.
- P - A **CONTRATADA** deverá se responsabilizar por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização do escopo desta contratação, até seu aceite definitivo;
- Q - A **CONTRATADA** deverá observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93 da Lei Federal nº 8.213/91, bem como as demais normas referentes à acessibilidade previstas no Decreto Federal n. 5.296/2004;
- R - Na forma da Lei Estadual n. 7.258/2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato estará obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas, na seguinte proporção: (i) - até 200 empregados = 2%; (ii) de 201 a 500 empregados = 3%; (iii) de 501 a 1.000 empregados = 4%; (iv) de 1.001 em diante = 5%;
- S - A **CONTRATADA** deverá reapresentar todos os documentos de habilitação exigidos como condição à assinatura do contrato, fazendo-o sempre que vencidos no curso da contratação, ou em observância ao Enunciado n. 29 PGE/RJ;
- t - A **CONTRATADA** deverá manter um DIÁRIO no local, transferindo à propriedade da **CEDAE**, ao final, todas as plantas e desenhos relativos ao objeto; e
- u - A **CONTRATADA** será responsável por quaisquer danos causados à CEDAE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

- 5.1. É facultado à **CEDAE** exercer ampla fiscalização sobre o objeto do presente Contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a **CONTRATADA** prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso em qualquer fase, época e local onde se processarem as tarefas relacionadas com o desenvolvimento de seu escopo.
- 5.2. A fiscalização da **CEDAE** não eximirá a **CONTRATADA** de sua total e exclusiva responsabilidade quanto ao prazo e qualidade do objeto entregue.
- 5.3. Na forma da Lei Estadual n. 7.258/2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea "r", da cláusula quarta, realizando-se a verificação do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

- 5.4. Dependendo do serviço a ser executado, a **CONTRATADA** fornecerá e manterá um DIÁRIO com todas as folhas devidamente numeradas e rubricadas pelo seu representante e pela Fiscalização da **CEDAE**, no qual serão obrigatoriamente registrados:

I – pela **CONTRATADA**:

- a) as condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos;
- b) as falhas nos serviços de terceiros, não sujeitas a sua ingerência;
- c) as consultas à Fiscalização;
- d) as datas de conclusão de etapas caracterizadas, de acordo com o cronograma aprovado;
- e) os acidentes ocorridos no decurso do trabalho;
- f) as respostas às interpelações da Fiscalização;
- g) a eventual escassez de material que resulte em dificuldade para a obra;
- h) outros fatos que, a juízo da **CONTRATADA**, devam ser objeto de registro;

II – pela Fiscalização:

- a) o atestado da veracidade dos registros efetuados pela **CONTRATADA**;
- b) o juízo formado sobre o andamento dos serviços, tendo em vista os projetos, especificações, prazos e cronogramas;
- c) as observações cabíveis a propósito dos lançamentos da **CONTRATADA**;
- d) as respostas às consultas lançadas ou formuladas pela **CONTRATADA**;
- e) as restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da **CONTRATADA**, seus prepostos e sua equipe;
- f) a determinação de providências para o cumprimento do projeto e especificações;
- g) outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente aos trabalhos de fiscalização.

- 5.5. Ao final, o Diário referido será transferido à propriedade do **CEDAE**.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO

6.1. O prazo de vigência deste contrato será de **06 (seis) meses** contados da data indicada na Ordem de Início, que poderá ser emitida pela **CEDAE** após a assinatura deste contrato.

6.2. Esta contratação poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 05 (cinco) anos totais de vigência, desde que observados os requisitos constantes do art. 203 do RILC.

CLÁUSULA SÉTIMA - VALOR DO CONTRATO

- 7.1. A **CONTRATADA** se obriga a executar o objeto, em regime de empreitada por preço unitário, pelo valor de **R\$ 6.199.989,12 (seis milhões, cento e noventa e nove mil, novecentos e oitenta e nove reais e doze centavos)**, conforme proposta autuada às fls.437 do processo administrativo em referência.
- 7.2. O preço ajustado no item anterior desta Cláusula inclui o lucro e todos os custos dos serviços, sejam diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa ainda que não prevista textualmente neste Contrato, inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.
- 7.3. As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de **2019**, assim classificados:

Fonte: **10**
Código Orçamentário: **33903918**
Programa de Trabalho: **1200226064**
Conta Contábil: **411110301**
Centro de Custos: **DM00040000**
ID da Reserva Orçamentária: **2019000843**

CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE

8.1 - Os valores contratados poderão ser reajustados a cada 12 meses pelo EMOP, ou na sua falta o Índice Nacional de Custos da Construção - INCC/FGV, iniciando-se a contagem deste prazo a partir da data base de referência do orçamento (I_0), conforme expressão matemática a seguir:

$$R = \sum P_0 * Q * \left[\frac{I - I_0}{I_0} \right]$$

onde :

R = Valor do reajustamento
 P_0 = Preço unitário contratual
Q = Quantidade medida no mês
I = Índice da família EMOP ou INCC/FGV correspondente ao mês do reajustamento
 I_0 = Índice da família EMOP ou INCC/FGV correspondente a data base de referência do orçamento.

a) valor do reajuste, seja para obras ou serviços de engenharia contratados, será calculado pela variação do Índice relativo à família de cada item da Planilha Orçamentária, correspondente aos cinco primeiros dígitos do Código do Serviço, de acordo com a classificação estabelecida no "Catálogo de Referência da EMOP" ou na sua falta o Índice Nacional de Custos da Construção - INCC/FGV.

b) Observada a periodicidade, a aplicação do reajustamento obedecerá ao cronograma de serviços/obra em vigor.

c) O valor do reajustamento será objeto de fatura própria, separada daquela referente à medição dos serviços/obra.

8.2 - A CONTRATADA terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para iniciar o procedimento necessário ao reajuste de seus preços, contando-se este prazo a partir da divulgação do índice contratualmente ajustado. As anualidades que se completarem durante o curso da licitação/contratação deverão ser pleiteadas no mesmo prazo, contados da assinatura do contrato.

8.3 - O reajuste deverá ser formalmente solicitado por meio de e-mail ou de documento da CONTRATADA dirigido à Comissão de Fiscalização, protocolado no Protocolo Geral da CEDAE, e deverá vir acompanhado dos cálculos, conforme art. 198, §1º do RILC.

8.4 - A inércia da CONTRATADA em iniciar o procedimento de reajuste no prazo acima fixado importará em decadência do seu direito de pleiteá-lo, relativo à correspondente anualidade.

8.5 - Consideram-se "anualidades" os sucessivos períodos de 12 (doze) meses, contados a partir do mês de referência do orçamento (I_0).

8.6 - O procedimento de reajuste seguirá o disposto no art. 194 e seguintes do RILC.

8.7 - As partes concordam, desde já, que o valor apurado a título de reajuste poderá ser negociado entre elas para permitir a aplicação de descontos em favor da CEDAE.

8.8 - A prorrogação de prazo por culpa da CONTRATADA impedirá que o período acrescido à execução do contrato seja considerado para fins de reajuste.

CLÁUSULA NONA - RESPONSABILIDADE TÉCNICA

- 9.1. Os serviços objeto deste Contrato serão executados sob a direção e responsabilidade técnica do seguinte profissional: **MARCOS ANDRÉ JOSEPHINO DA SILVA VIEIRA**, Engenheiro Químico, portador do CPF 042.432.407-52, registrado no CREA/RJ sob o nº 2015135677, que ficarão autorizados a representar a **CONTRATADA** em suas relações com a **CEDAE**, em matéria do serviço.
- 9.2. A **CONTRATADA** obriga-se a manter os engenheiros indicados nesta cláusula como Responsáveis Técnicos na direção dos trabalhos e no local dos serviços até seu final. A substituição dos Responsáveis Técnicos poderá ser feita por outro de igual lastro de experiência e capacidade, cuja aceitação ficará a exclusivo critério da **CEDAE**.
- 9.3. Os Responsáveis Técnicos aqui indicados deverão figurar como tal na ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, de que trata o item 10.9 deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - MEDIÇÃO, FATURAMENTO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 10.1. Os pagamentos das faturas serão efetuados em parcelas mensais, após aceitação das medições correspondentes por parte da **CEDAE**, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contado a partir do adimplemento de cada período.
- 10.1.1. Considera-se adimplemento a execução da parcela/etapa do serviço de engenharia acompanhada da nota fiscal/fatura e dos demais documentos exigidos como condição ao pagamento (ver item 10.09 e 10.10 do contrato). Ao adimplemento será dado recibo, nos termos do art. 191, §1º do RILC.
- 10.1.2. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, por culpa exclusiva da **CEDAE**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata die", e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês, também calculados "pro rata die". Não correrão juros e atualização durante o período de suspensão mencionado no item 10.6.
- 10.2. Os pagamentos devidos em decorrência da execução do objeto deste Contrato serão efetuados mediante crédito em conta bancária indicada pela **CONTRATADA** no banco **BRADESCO**, ficando autorizada a indicação de outra conta somente quando justificada tal impossibilidade.
- 10.3. Mensalmente, a **CEDAE** estabelecerá a programação dos serviços que deverão ser executados.
- 10.4. A cada 30 (trinta) dias, a **CONTRATADA** fará a emissão da medição/fatura dos serviços realizados e dos fornecimentos de materiais e equipamentos considerados aceitos pela Fiscalização, observando o cronograma físico-financeiro contratual, cujos percentuais limitarão os valores dos serviços medidos.
- 10.5. De posse da documentação apresentada pela **CONTRATADA**, a Comissão de Fiscalização atestará, na forma prevista no art. 90, §3º, da Lei Estadual nº 287/1979, a documentação e a qualidade do objeto contratado, a partir de quando será possível a realização do pagamento, conforme art. 191, §3º do RILC.

- 10.6. A necessidade de providências por parte da **CONTRATADA** em relação à medição realizada, ou em relação ao conteúdo da documentação apresentada, importará em suspensão da contagem do prazo para pagamento, não correndo juros e/ou atualização neste período.
- 10.7. A **CEDAE** não se responsabilizará pelo pagamento de medições de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo quando expressamente determinadas pela Fiscalização.
- 10.8. Toda fatura fará menção específica à medição na qual a mesma se baseia.
- 10.9. A liberação do primeiro pagamento ficará condicionada à entrega, pela **CONTRATADA**, do comprovante de pagamento da ART-ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA.

10.10 - Mensalmente, juntamente com a fatura/nota fiscal dos serviços, deverão ser apresentados os seguintes comprovantes para o processamento dos pagamentos:

- a. medição/detalhamento do serviço prestado; e
- b. declaração de que se encontra cumprindo o regime de quotas da Lei Estadual n. 7.258/2016; exigível somente quando a **CONTRATADA** estiver enquadrada na situação prevista na cláusula quarta, letra "r", deste instrumento.

10.11 - A ausência de qualquer dos documentos mencionados no item anterior **impedirá a obtenção do recibo de adimplemento**, conforme art. 191 do RILC, e importará em notificação à **CONTRATADA** para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia e efetuar o cumprimento destas obrigações.

10.11.1 - Expirado o prazo constante do item acima sem que tenham sido tomadas as providências cabíveis, ou sendo rejeitados os argumentos apresentados em defesa pela **CONTRATADA**, será aplicada a ela penalidade de advertência. Permanecendo a inadimplência total ou parcial em virtude de ausência de qualquer dos documentos referidos, o contrato poderá ser rescindido com a aplicação da penalidade de suspensão prevista no item "iii" da cláusula 14.6.

10.12 - Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão autuados no processo administrativo referente à contratação, bem como no processo de prestação de contas que deverá ser aberto em virtude da OS "E" nº 14.695/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - GARANTIA CONTRATUAL

11.1. A **CONTRATADA** deverá prestar garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do art. 70 da Lei 13.303/16.

11.2. O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da **CEDAE**, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do instrumento.

11.3. A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).

11.4. A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

11.5. A garantia que vier a ser prestada na modalidade de seguro ou de fiança bancária deverá ser firmada de modo a abranger todos os prejuízos resultantes da execução deste contrato, decorrentes de conduta dolosa ou culposa da **CONTRATADA**, incluindo as multas pecuniárias aplicadas pela **CEDAE**.

11.6. Se da contratação resultar a transferência da posse direta de bens da **CEDAE** à **CONTRATADA**, em valor total superior a **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, será exigido, ainda, o **seguro multirriscos básico**, que conterà as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total destes bens.

11.7. A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à **CONTRATADA** formular tal solicitação.

11.8. A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

11.9. A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a **CONTRATADA** desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.

11.10. Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e/ou de rescisão administrativa do contrato.

11.11. A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo constante do Anexo VII da OS n. 14.927/2017.

11.12. O atraso da **CONTRATADA** em prestar ou revalidar a garantia autorizará a **CEDAE** a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.

11.13. O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

11.14. A **CEDAE** se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

12.1. A **CONTRATADA** deverá obedecer a orientação da Fiscalização da **CEDAE** na execução dos serviços, bem como as Especificações Técnicas, o Projeto e os demais elementos fornecidos pela Fiscalização; as Normas Técnicas da ABNT e, no que couber, as disposições legais e regularmente em vigor, especialmente as relacionadas com execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, penalidades, rescisão de contratos, pagamentos, medição de serviços e normas técnicas.

12.2. Na execução do objeto contratual serão seguidas as normas do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **CEDAE** (RILC), bem como os dispositivos da **CEDAE-DPO-1**, cujas cópias poderão ser adquiridas na Coordenação de Licitações de Obras e Serviços de Engenharia, à Avenida Presidente Vargas, 2655 – 7º andar, no horário de 9:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas.

- 12.3. A **CONTRATADA** se responsabilizará, por si e seus sucessores, por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que, a qualquer título, causar à **CEDAE**, ao Estado do Rio de Janeiro e/ou terceiros, em decorrência da execução dos serviços objeto deste contrato.
- 12.4. A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de Dezembro de 1997 e da Portaria nº 3214 de 08 de junho de 1978 e suas Portarias modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, Título II, da CLT, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.
- 12.4.1. Todos os empregados da **CONTRATADA** deverão trabalhar com Equipamento de Proteção Individual (EPI), tais como capacetes, botas, capas, óculos e demais equipamentos adequados para cada tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido. A Fiscalização poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos, O ônus da paralisação correrá por conta da **CONTRATADA**, mantendo-se inalterado o prazo de execução do serviço.
- 12.5. Todos os materiais/equipamentos empregados na execução do serviço de engenharia deverão ser de primeira qualidade e novos, sujeitando-se a **CONTRATADA** à realização dos ensaios/testes e Controles de Qualidade determinados pela Fiscalização.
- 12.6. Em todos os casos em que a execução dos serviços, por motivos imputáveis à **CONTRATADA**, ocasionar prejuízos aos serviços já executados, a **CONTRATADA** arcará com os custos de restauração para recolocá-los em suas condições originais.
- 12.7. A **CONTRATADA** responderá de maneira absoluta e inescusável pelos serviços, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pela sua execução e qualidade técnica.
- 12.8. **CONTRATADA** deverá refazer aquilo que for rejeitado pela Fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:
- 13.1.1. É vedada a subcontratação de empresa ou consórcio que tenha participado do procedimento licitatório do qual se originou a contratação ou, direta ou indiretamente, da elaboração de projeto básico ou executivo.
- 13.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 13.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1. A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitarão a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que lhe couber, às penalidades seguintes:
- a) advertência;
- b) multa administrativa;



- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a CEDAE por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- 14.2. A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.
- 14.3. A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" do item 14.1, serão impostas pelo Diretor responsável, na forma do art. 21, parágrafo primeiro, do Procedimento de aplicação de sanções da CEDAE.
- 14.4. A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CEDAE, previstos na alínea "c" do item 14.1, será imposta pelo Diretor Presidente desta Companhia, na forma do art. 21, parágrafo terceiro, do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE.
- 14.5. A **multa administrativa**, prevista na alínea "b" do item 14.1, será aplicada à CONTRATADA pelo descumprimento de suas obrigações acessórias, observando o que segue:
- i) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento), aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas **não** executadas;
 - ii) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
 - iii) O somatório das multas administrativas deverá observar o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.
 - iv) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade; e
 - v) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso, com a multa rescisória e com a multa prevista na cláusula vigésima quarta, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa.
- 14.6. A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do item 14.1, será aplicada conforme as disposições do art. 9º do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE, observando o seguinte:
- i) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
 - ii) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito deste valor no prazo devido;
 - iii) Será aplicada pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento das obrigações previstas no item 10.11.
- 14.7. A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da **CEDAE**, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.
- 14.8. O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à **multa de mora** por dia útil que exceder ao prazo estipulado, conforme percentuais abaixo:



- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso; e
- b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, até o limite máximo de 20%.
- 14.9. As multas porventura aplicadas serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**; ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.
- 14.10. A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação de defesa.
- 14.10.1. A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 14.11. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.
- 14.12. Todas as multas previstas neste contrato, incluindo a rescisória e a prevista na cláusula vigésima quarta, item 24.8, serão somadas quando aplicadas cumulativamente, e terão como limite seus respectivos percentuais máximos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RESCISÃO CONTRATUAL

- 15.1. A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão com as consequências cabíveis.
- 15.2. A rescisão contratual poderá ocorrer por:
- I – ato unilateral e escrito, quando verificada a ocorrência de qualquer das situações descritas no art. 222 do RILC;
 - II- acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de contratação, desde que seja vantajoso à CEDAE; ou
 - III – decisão judicial ou arbitral.
- 15.3. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo administrativo que ensejou a contratação, sendo assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e ampla defesa.
- 15.4. Quando a rescisão ocorrer por interesse exclusivo da CEDAE, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido.
- 15.5. A rescisão por ato unilateral da CEDAE, quando justificada no descumprimento de obrigações contratuais por parte da **CONTRATADA**, acarretará a aplicação de multa rescisória, no percentual de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo reajustado do contrato, bem como a execução da garantia contratual e/ou a utilização dos créditos decorrentes do próprio contrato.
- 15.6. A CEDAE se reserva ao direito de cobrar indenização suplementar em juízo se ficar constatado que o prejuízo causado foi superior ao valor da multa rescisória aplicada, conforme autorização contida no art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.

15.7. A rescisão contratual por acordo entre as partes será da competência da autoridade referida no art. 25 do RILC; enquanto a rescisão unilateral ficará a cargo do Diretor responsável pela contratação, conforme art. 15 do Procedimento Interno de Sanções da CEDAE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

- 16.1. Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Fiscalização da **CEDAE** e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.
- 16.2. Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação de a **CEDAE** remunerá-las.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ENCARGOS CONTRATUAIS

- 17.1. A **CONTRATADA** será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes às legislações fiscal, comercial, trabalhista e previdenciária que incidam ou venham a incidir sobre o presente Contrato, os quais correrão por sua exclusiva conta.

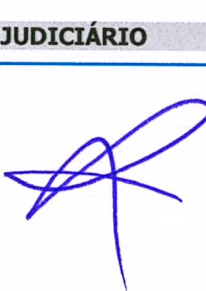
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- 18.1. Desde que não se altere a natureza do objeto, o contrato poderá ser modificado por acordo entre as partes, através de termo aditivo, conforme disposições contidas no art. 207 do RILC.
- 18.2. Os contratos celebrados nos regimes de "empreitada por preço unitário", "empreitada por preço global", "contratação por tarefa", "empreitada integral" e "contratação semi-integrada" somente poderão ser alterados nos casos e na forma admitida nos artigos 42, §1º, IV, e 81 da Lei nº 13.303/2016.
- 18.3. Os contratos cujo regime de execução seja a "contratação integrada" não serão passíveis de alteração, exceto quando esta possibilidade estiver expressamente prevista em sua matriz de riscos, e não decorrer de eventos supervenientes alocados como de responsabilidade da contratada, conforme §8º do art. 81 da Lei nº 13.303/2016.
- 18.4. Quando houver necessidade de alteração do contrato para a inclusão de itens novos, estes serão definidos com base nos preços da tabela EMOP vigentes à época da estimativa orçamentária, considerando-se em sua cotação os descontos oferecidos pela **CONTRATADA** em sua proposta, bem como a taxa de BDI especificada no orçamento-base da licitação (quando houver BDI), atualizados financeiramente pelo índice contratualmente previsto.
- 18.5. Em não sendo possível identificar o preço pelo método definido no item anterior, a **CEDAE** se guiará pelo disposto no art. 35, inciso I, letras "a" do RILC, aplicando-se ao preço apurado o desconto ofertado pela **CONTRATADA**, sem atualização financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSÃO

- 19.1. O atraso, tolerância ou omissão por parte da **CEDAE** no exercício de quaisquer direitos que lhe assistem na forma deste contrato, em geral, não poderão ser interpretados como novação ou renúncia a tais direitos, podendo a **CEDAE** exercitá-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO



- 20.1. As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.
- 20.2. Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA - CASOS OMISSOS

- 21.1. Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA DO OBJETO

- 22.1. Aceitação Provisória ocorrerá ao término de cada exercício financeiro, mediante emissão de PARECER CIRCUNSTANCIADO PARA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA (doc. ref. ANEXO VI da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), que será assinado pelas partes atestando o cumprimento de todas as cláusulas contratuais.
- 22.2. A competência para a emissão do PARECER CIRCUNSTANCIADO PARA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA será da Comissão de Fiscalização do Contrato, não se exigindo da **CONTRATADA** a comunicação acerca da entrega dos resultados dos serviços executados.
- 22.3. Se a Comissão de Fiscalização do Contrato vier a constatar alguma incorreção nos serviços executados, deverá relatá-la no citado parecer e encaminhar uma cópia deste ao Gerente do Contrato, para adoção das providências necessárias.
- 22.4. O prazo para elaboração do parecer circunstanciado em questão será de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada exercício financeiro.
- 22.5. Somente no último mês/etapa/parcela de execução do Contrato é que a Comissão de Fiscalização e o Gerente do Contrato deverão obedecer ao procedimento necessário à emissão do **TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA** (doc. Ref. ANEXO I da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), abaixo descrito:
- I. A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.
 - II. As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e encaminhada à **CEDAE**, juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e com os documentos exigidos para realização do pagamento. O Representante da **CEDAE** não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento do último mês/etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.
 - III. Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão do último mês/etapa/parcela a **CONTRATADA** se omitir ou se recusar a realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado, ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a

obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de suas obrigações e da consequente suspensão do prazo para pagamento.

- IV.** Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar por meio de carta redigida em papel timbrado quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente à última fatura ficará suspenso.
- V.** A obrigação será considerada adimplida pelo cumprimento da etapa/parcela acompanhada dos documentos exigidos neste contrato para a realização do correspondente pagamento.
- VI.** O representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à **CONTRATADA** recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.
- VII.** De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega do recibo à **CONTRATADA**, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive o atesto da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da última fatura pela Comissão de Fiscalização.
- VIII.** A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.
- IX.** Caberá à Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto no último mês/etapa/parcela dos serviços, e deverão ser registradas no processo.
- X.** O procedimento mencionado acima poderá ser dispensado quando a contratação não ultrapassar o valor total de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), ou quando se referir a serviços técnicos profissionais listados no art. 30, inciso II da Lei 13.303/2016, casos em que será substituído pela emissão de simples "recibo", conforme autorização contida nos itens 1.2.7 e 1.2.7.1 da Ordem de Serviço n. 14.693/2017.

22.6. A Comissão de Fiscalização deverá fornecer à **CONTRATADA**, se por ela solicitado, a Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que disciplina o recebimento provisório e definitivo nos contratos da **CEDAE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA ACEITAÇÃO DEFINITIVA DO OBJETO

23.1. O serviço executado será recebido definitivamente ao final do contrato, da seguinte forma:

23.2. A aceitação definitiva do objeto pactuado será feita por meio de Comissão especificamente nomeada para este fim, mediante emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA (doc. Ref. ANEXO VII da Ordem de Serviço n. 14.693/2017).



23.3. A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta), solicitará à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

23.4. De igual modo, a **CONTRATADA** deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

23.5. No caso de omissão ou recusa da **CONTRATADA** em solicitar à **CEDAE** a aceitação definitiva do objeto contratado, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de se manifestar pela efetiva solicitação em, no máximo, 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação.

23.6. Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do contrato reterá a garantia contratual, se houver.

23.7. Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela **CONTRATADA**.

23.8. A inobservância do parágrafo anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE – LEI ESTADUAL 7.753/2017

24.1. Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

24.2. A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o **Código de Ética e Conduta da CEDAE**, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa.

24.3. A violação aos itens 24.1 e 24.2 pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

24.4. A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos itens 24.1 e 24.2, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

24.5. A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade,"

auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública".

- 24.6. O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.
- 24.7. A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.
- 24.8. O não atendimento ao disposto no item anterior implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.
- 24.9. O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.
- 24.10. O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.
- 24.11. O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.
- 24.12. Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.
- 24.13. As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."
- 24.14. A prática de atos de contra a Administração Pública Estadual sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, na forma do Decreto Estadual nº. 46.366/2018.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUINTA- DISPOSIÇÕES FINAIS

- 25.1. Todos os originais dos documentos, estudos, fluxogramas, especificações, folhas de cálculos, etc., elaborados pela **CONTRATADA** serão propriedade da **CEDAE** e neles não deverá constar qualquer declaração que limite este direito.
- 25.2. À **CONTRATADA** é vedado dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros qualquer dado, documentação preparada ou recebida para a execução dos serviços, dar entrevistas faladas ou escritas, salvo com prévia e formal autorização da **CEDAE**.
- 25.3. A **CONTRATADA** providenciará todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste contrato.
- 25.4. A **CEDAE** não será responsável por quaisquer danos ou prejuízos que a **CONTRATADA**, direta ou indiretamente, por si ou seus prepostos, causar a terceiros em virtude da execução dos serviços de que cuida este contrato. Em qualquer hipótese, a **CONTRATADA** será, sempre, a única e exclusiva responsável pelo seu ressarcimento.

- 25.5. Para todos os fins de direito, obrigações e responsabilidades das partes, vinculam-se ao presente contrato a proposta de preços da contratada, o Acordo de Nível de Serviço – ANS, o edital da licitação por Pregão Eletrônico - PE nº 629/2019 – ADPR-31 (Processo E-07/100.463/2019) e todos os seus anexos, como se neles tivessem transcritos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

- 26.1. O extrato desta contratação será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de mera publicidade, e posteriormente divulgado no sítio eletrônico da **CEDAE**.
- 26.2. Após a publicação no Diário Oficial, deverá ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos exigidos.

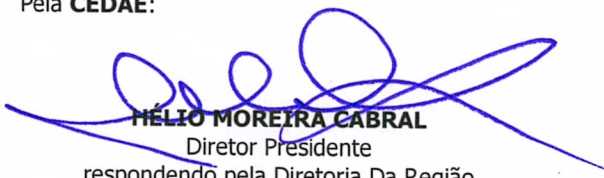
CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - FORO

- 27.1. Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes deste Contrato, as partes elegem o foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em **03 (três) vias** de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2019.

Pela **CEDAE**:


HÉLIO MOREIRA CABRAL
Diretor Presidente
respondendo pela Diretoria Da Região
Metropolitana


JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pela **CONTRATADA**:


PAULA GONÇALVES RIBEIRO DE ANDRADE
Sócia Administradora

Renan Pontes
Diretor Executivo
CPF: 337.884.798-09

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____

Ref. contr-LOCATECH-LOCAÇÃO-DE-MÁQUINAS-mantenção-corretiva-e-preventiva-atraves-de-bombas-de-sucção-PE-629-2019-PLDR

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO – ANS
ANEXO AO CONTRATO CEDAE Nº 131 / 2019

1- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Fica estabelecido entre as partes o presente Acordo de Nível de Serviços – ANS, o qual tem por objetivo medir a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA.

1.2. A medição da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA será feita por meio de desconto sobre o valor do serviço.

1.3. As situações abrangidas pelo Acordo de Nível de Serviços – ANS se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a CONTRATADA das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas.

1.4. A CONTRATANTE poderá alterar os procedimentos metodologia de avaliação durante a execução contratual, por escrito, sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior e não houver prejuízos para a CONTRATADA.

2. DO ESCOPO DO SERVIÇO

2.1) Descrição do Serviço:

A partir do levantamento das necessidades de cada Gerência Regional, serão solicitados os serviços a serem realizados que serão feitos conforme prioridades solicitadas pelo Contratante conforme descrição abaixo:

- Definição do equipamento adequado para a situação encontrada
- Limpeza e desobstrução das tubulações verificadas conforme autorização da contratante

As quantidades, tipos e demais características dos equipamentos, a serem usados na execução dos serviços e sua distribuição estão relacionados abaixo.

GERÊNCIA	EQUIPAMENTOS	DIA/MÊS	HORA/MÊS	TIPO DE EQUIPAMENTO	DIURNO/ NOTURNO
GDRM - 10	1	26	208	SEWER-JET	DIURNO
	2	26	416	VÁCUO-FLEX	DIURNO
	5	26	1040	COMBINADO	DIURNO
GDRM - 7 GRDM - 8	1	26	208	SEWER-JET	DIURNO
	2	26	416	VÁCUO-FLEX	DIURNO
	1	26	208	COMBINADO	NOTURNO

	4	26	832	COMBINADO	DIURNO
GDRM - 9	2	26	416	SEWER-JET	DIURNO
	1	8	32	SEWER-JET	DIURNO
	1	22	176	SEWER-JET	NOTURNO
	2	26	416	VÁCUO-FLEX	DIURNO
	1	22	176	VÁCUO-FLEX	DIURNO
	1	8	32	VÁCUO-FLEX	DIURNO
	1	26	208	COMBINADO	NOTURNO
	4	26	832	COMBINADO	DIURNO
GDRM - 12	1	26	208	SEWER-JET	DIURNO
	1	26	208	VÁCUO-FLEX	DIURNO
	6	4	1248	COMBINADO	DIURNO

2.2) Objetivos:

Desobstrução de rede de esgotamento sanitário na área da Diretoria Regional Metropolitana do Rio de Janeiro – DRM, com equipamentos de sucção, aspiração e hidrojetamento de alta pressão.

A contratada deverá, obrigatoriamente, na execução dos serviços para contratante, utilizar equipamentos, e métodos operativos que garantam os melhores níveis de segurança, qualidade, continuidade e confiabilidade da prestação dos serviços, bem como manter recursos humanos adequadamente habilitados.

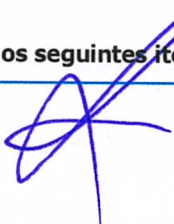

A contratada deverá obedecer na execução dos serviços, os prazos estipulados, bem como atingir metas de qualidade e segurança constantes neste ANS e no Projeto Básico, enquanto a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (AGENERSA) não dispor de outros prazos e metas em normativa própria.

Os parâmetros de qualidade do serviço de saneamento básico que deverão ser seguidos pela CONTRATADA serão os mesmos que a Cedae tem que cumprir, a partir de critérios estabelecidos pela Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (AGENERSA), conforme consta no artigo 14 do Decreto Estadual nº 45.344.

2.3) Análise de Desempenho do Serviço (Relatórios):

O controle da medição mensal será feito através de Boletim Operacional diário referente a cada equipamento.

No Boletim Operacional diário constarão os seguintes itens:

Data; tipo do equipamento; horário de apresentação; horário do término; placa do equipamento; quilometragem com local de destino; nome da equipe de trabalho; indicação dos locais precisos da execução dos serviços e das dimensões de cada parte ou trecho do item medido, inclusive através de croquis e espaço para observações.

Os Boletins Operacionais diários somente serão aceitos digitalizados, com as assinaturas dos responsáveis da CEDAE com matrícula.

A aprovação da medição será efetivada pela fiscalização no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

Os Boletins Operacionais diários ficarão com a fiscalização para conferência do faturamento mensal e para futuras consultas que se fizerem necessárias.

2.4) Comunicação:

As comunicações entre a contratada e a CEDAE poderão ser realizadas através de protocolo situado na sede da contratante: Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, Rio de Janeiro-RJ ou pelo e-mail dos fiscais no momento em que for designada a comissão de fiscalização.

3 - DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

3.1) Da Fiscalização do Contrato:

3.1.1) O Fiscal do Contrato designado pela CONTRATANTE acompanhará a execução dos serviços prestados, atuando junto a preposto indicado pela CONTRATADA.

3.1.2) Verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, o Fiscal do Contrato notificará o preposto da CONTRATADA para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos.

3.1.3) A notificação quanto à existência de irregularidades na execução do contrato poderá ser verbal ou por escrito, a depender da gravidade da situação ou da reincidência do fato.

3.1.4) Constatando irregularidade passível de notificação por escrito, o Fiscal do Contrato preencherá termo de notificação, relatando a ocorrência, seu grau de pontuação, o dia e a hora do acontecido;

3.1.5) O termo de notificação será imediatamente apresentado ao preposto da CONTRATADA, o qual, constatando a ocorrência, deverá atestar de pronto seu "visto" no documento, que ficará sob a guarda do Fiscal do Contrato.

3.1.5.1) O direito ao contraditório e ampla defesa será concedido à CONTRATADA através do registro pelo preposto da CONTRATADA, no próprio termo de notificação;

3.1.5.2) A contratada poderá apresentar justificativas para a prestação do serviço em menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo órgão ou entidade, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao seu controle.

3.1.5.3) Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da irregularidade, pelo órgão ou entidade.

3.1.6) Em até cinco dias úteis anteriores à apresentação da fatura mensal para ateste e pagamento, o Fiscal do Contrato informará à CONTRATADA o resultado da avaliação mensal do serviço.



3.1.7) A CONTRATADA, de posse das informações repassadas pelo Fiscal do Contrato, emitirá fatura mensal relativa aos serviços prestados, abatendo do valor devido pela CONTRATANTE os descontos relativos à aplicação do Acordo de Nível de Serviços.

3.1.8) O Fiscal do Contrato, ao receber da CONTRATADA as faturas mensais para ateste, somente o fará quando verificada a dedução dos descontos acima mencionados.

3.1.9) Verificada a regularidade da fatura, o Fiscal do Contrato juntará a estas os termos de notificação produzidos no período, e os encaminhará para pagamento.

3.2) Dos indicadores do nível do serviço prestado

Cabe destacar que após o recebimento da Ordem de Serviço, a Contratada terá um prazo de até 48 (quarenta e oito) horas para a realização do serviço, incluindo a entrega para Fiscalização proceder a baixa no sistema interno.

Tempo até 48 horas→ 0 ponto
Tempo entre 48 horas (exclusive) e 72 horas (inclusive) → 0,1 pontos
Tempo entre 72 horas (exclusive) e 5 dias (inclusive) → 0,5 pontos
Tempo superior a 5 dias→ 1 ponto

4. DA FAIXA DE AJUSTE NO PAGAMENTO

4.1 A faixa de ajuste no pagamento será definida pela soma das pontuações atribuídas às ocorrências produzidas no período de avaliação, conforme tabela abaixo:

Pontuação	Ajuste no pagamento
02 pontos	Desconto de 2% sobre o valor total da fatura mensal
03 pontos	Desconto de 5% sobre o valor total da fatura mensal
04 pontos	Desconto de 8% sobre o valor total da fatura mensal
05 pontos	Desconto de 10% sobre o valor total da fatura mensal
06 pontos	Desconto de 12% sobre o valor total da fatura mensal
07 pontos	Desconto de 15% sobre o valor total da fatura mensal

Art. 2º - Fica instituída e consolidada a equipe de Fiscalização, designando os servidores abaixo, para, sem prejuízo de suas atribuições, cumprir as determinações contidas no Decreto nº 45.600, de 16 de março de 2016, principalmente o que consta no art. 13 (DA FISCALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES):

GABRIEL LOPES MOREIRA, ID 4279859-0;
JOÃO CARLOS MARQUES SALDANHA, ID 4173944-2; e
PHYRRE BAPTISTA PESSOA, ID 5100051-2.

Art. 3º - Fica designado e consolidado como Gestor o servidor NEY FERNANDO DE MELLO NEVES FILHO, ID Funcional 1906807-7, para, sem prejuízo de suas atribuições, cumprir as determinações contidas no Decreto nº 45.600, de 16 de março de 2016, principalmente o que consta no art. 12 (DA GESTÃO DAS CONTRATAÇÕES).

Art. 4º - Designar o servidor PEDRO HENRIQUE LIMA DE SOUZA, ID 5011643-6, para substituir o Gestor em casos de possíveis impedimentos a período de gozo de férias, para, sem prejuízo de suas atribuições, cumprir as determinações contidas no art. 12 do Decreto nº 45.600/2016.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 01 de outubro de 2019

VIVIANE CARVALHO
Diretora-Geral de Administração e Finanças

*Omitida no D.O. de 02.10.2018.

Id: 2214626

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

IMPrensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 15.10.2019

PROCESSO Nº E-12/079/671/2019 - RATIFICAR a presente dispensa de licitação para prestação de serviço de certificados digitais emitidos pela AC IMPrensa Oficial SP RFB e AC IMPrensa Oficial, e por outras que vierem a ser credenciadas após a assinatura do contrato, manutenção da infraestrutura do software, consultoria, suporte e treinamento, indispensáveis à preservação e pleno funcionamento da IORJ como AR VINCULADA à AC IMPrensa Oficial, pelo prazo de 24 meses, conforme pedido de contratação de serviço nº 83/2019 e justificativas apresentadas no presente processo administrativo, no valor total estimado de R\$ 300.000,00, com base na manifestação da ASJUP de fls. 115/122 e 130 e aprovação do Senhor Diretor Administrativo às fls. 126 do presente processo administrativo e com fundamento no inciso I, do § 3º do art. 28 da Lei Federal nº 13.303/2016. **ADJUDICO** o serviço à Empresa IMPrensa Oficial DO ESTADO S/A - IMESP.

Id: 2214562

IMPrensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 11/10/2019
PÁGINA 10 - 2ª COLUNA

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 10.10.2019

Onde se lê:
...PROCESSO Nº E-12/079/658/2019...
Leia-se:
...PROCESSO Nº E-12/079/658/2018

Id: 2214566

CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA PRE Nº 756 DE 08 DE OUTUBRO DE 2019

CRIA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA PARA APURAR OS FATOS OCORRIDOS NA GERÊNCIA ADMINISTRATIVA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DO PRODERJ - CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Comissão de Sindicância para apurar os fatos ocorridos na Gerência Administrativa, no dia 16/09/2019.

Art. 2º - Ficam designados para compor a Comissão de Sindicância para apurar os fatos ocorridos na Gerência Administrativa, no dia 16/09/2019, sob a presidência do primeiro, os seguintes membros:

LUIZ HENRIQUE PEREIRA SCHUWENK DE AGUIAR - ID nº 0028215710;
ALEXANDRE CORREA CORDEIRO - ID nº 50233890;
ELPIDIO MIGUEL DA SILVA FILHO - ID nº 004345828-9.

Art. 3º - Fica concedido o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos, a contar da data de publicação desta Portaria.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2019

GUILHERME TELLES RIBEIRO
Presidente do PRODERJ

Id: 2214438

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA CEPERJ/PR Nº 8613 DE 10 DE OUTUBRO DE 2019

DIVULGA EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA PARA SELEÇÃO E COMPOSIÇÃO DE CADASTRO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS EVENTUAIS, SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO, QUE SE TORNARÃO APTOS A SEREM CONVOCADOS PARA ATUAÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS ORGANIZADOS PELA FUNDAÇÃO CEPERJ.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 12, do Estatuto da Fundação CEPERJ, aprovado pelo Decreto nº 42.298, de 11 de fevereiro de 2010,

CONSIDERANDO

- as competências estatutárias e regimentais da Fundação CEPERJ, promovidas através da Diretoria de Concursos e Processos Seletivos - DCPs, no tocante à realização de concursos públicos e processos seletivos para a administração pública direta, autárquica, fundacional e para empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado do Rio de Janeiro;

- as leis e demais ordenamentos jurídicos que regem as relações de trabalho entre a Fundação CEPERJ e prestadores de serviços exclusivamente relacionados à realização das provas dos concursos e processos seletivos organizados por esta Fundação;

- todos os princípios da Administração Pública, em especial a impessoalidade e a eficiência, nas contratações de prestadores de serviços, levando-se em conta também a transparência nos processos públicos;

- a necessidade de contratação de prestadores de serviços específicos para a realização de provas, em todas as suas etapas, inclusive capacitação prévia, em razão da quantidade necessária para a mobilização de todos os postos de trabalho não ser compatível com a quantidade de pessoas disponíveis; e

- o constante dos autos do Processo nº SEI-12/18/000006/2019,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Edital de CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2019 - CEPERJ, para seleção e composição de cadastro de Prestadores de Serviços Eventuais, sem vínculo empregatício, que se tornarão aptos a serem convocados para atuação em concursos e processos seletivos organizados pela Fundação CEPERJ.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
MARIO DE ARAUJO ALMEIDA NETO
Presidente

Id: 2214615

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA CEPERJ/PR Nº 8612 DE 08 DE OUTUBRO 2019

INSTAURA SINDICÂNCIA PARA APURAR IRREGULARIDADES.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e do que lhe confere o artigo 4º do Manual do Sindicante, aprovado pelo Decreto nº 7.526, de 06 de setembro de 1984,

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Sindicância para apurar irregularidade objeto do Processo nº E-04/168/511/2017.

Art. 2º - Para constituir a Comissão de Sindicância ficam designados, sob a presidência do primeiro, os servidores abaixo elencados:

I - ANDERSON MONTEZ, Diretor de Diretoria, ID 51006944, Presidente da Comissão;
II - ANDRÉA COELHO AGUIAR, Coordenadora, ID 51040514, Vice-Presidente da Comissão;
III - LISS DE FATIMA FRANÇOISE MOREIRA GRILHO FAULHAUER, Assistente II, ID 50995526, Secretária da Comissão.

Art. 3º - Os servidores, ora designados, terão o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, para apresentar parecer conclusivo.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2019

MARIO DE ARAUJO ALMEIDA NETO
Presidente

*República por incorreção no original publicada no D.O. de 10/10/2019.

Id: 2214389

PORTARIA CEPERJ/PR Nº 8614 DE 11 DE OUTUBRO 2019

APROVA A ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PDIC E DESIGNA A EQUIPE RESPONSÁVEL E SEU COORDENADOR.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO - CEPERJ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e com base na Resolução SECCG nº 53, de 06 de agosto de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDIC para o período de 15 de outubro de 2019 a 30 de outubro de 2019, nos termos desta Portaria.

Art. 2º - O PDIC deverá abranger a Fundação CEPERJ.

Art. 3º - Designar os seguintes servidores para compor a Equipe de Elaboração do PDIC - EqEPDITC:

I - Nélcio Gomes Silva, Assessor Chefe, ID Funcional nº 5103135-3 - Coordenador;
II - Daniel Felix Tavares Júnior, Coordenador, ID Funcional nº 5100080-6;
III - Natan Medeiros Falbo, Chefe de Departamento, ID Funcional nº 5098338-5.

Art. 4º - Cabe ao Coordenador a responsabilidade de exercer Coordenar a EqEPDITC durante a elaboração do documento.

Art. 5º - Cabe à Equipe a responsabilidade de exercer coletar as informações e promover a elaboração do PDIC.

Art. 6º - A Equipe designada deverá apresentar, em 15 dias, o Plano de Trabalho para elaboração do PDIC para aprovação da Presidência.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 11 de outubro de 2019

MARIO DE ARAUJO ALMEIDA NETO
Presidente

Id: 2214391

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 08/10/2019

DESIGNA ALEXANDRE OLIVEIRA PEREIRA, Agente de Saneamento F, como Presidente, **MAURO SYLVESTRE ARAUJO NUNES DA SILVA**, Engenheiro C, **AUGUSTO JOSE GRAVATO RODRIGUES**, Técnico de Saneamento II, **FLAVIO GUSMAN**, Agente de Saneamento H, como membros titulares e **MARIO ANGELO GAZOS LOPES**, Agente de Saneamento H, como membro suplente, **Gerente do Contrato DAMIAO BARBOSA**, Agente Administrativo F e **JUSSARA SEIA FERREIRA**, Agente Administrativo E, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada aos "SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, ATRAVÉS DE EQUIPAMENTOS DE SUCCÃO, ASPIRAÇÃO E HIDROJATEAMENTO DE ALTA PRESSÃO, DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO", de que trata o Processo nº E-07/100.463/2019. Ordem de Serviço P/FIS nº 26.574-00/2019.

Id: 2214483

Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais

CORREGEDORIA

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 15/10/2019
PÁGINA 6 - 1ª COLUNA

ATO DO CORREGEDOR

PORTARIA SEGOV/CRGD Nº 03 DE 11 DE OUTUBRO DE 2019

INSTAURA SINDICÂNCIA NA FORMA QUE MENCIONA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Onde se lê:

Art. 1º - ... Processo nº SEI-15/001/035421/2019.

Leia-se:

Art. 1º - ... Processo nº SEI-15/001/035460/2019.

Id: 2214555

Secretaria de Estado de Fazenda

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEFAZ Nº 74 DE 14 DE OUTUBRO DE 2019

INSTAURA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o Voto do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, que determina a instauração de tomada de contas especial para apurar os fatos, identificar os responsáveis e quantificar o possível dano advindo ao erário, conforme Processo TCE 100.134-7/12,

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Tomada de Contas Especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano ao erário, em decorrência da adjudicação direta de serviços sem comprovação do atendimento ao princípio da economicidade em face da ausência de detalhamento da composição dos custos enviados na contratação, conforme o Item IV do Voto do Processo TCE nº 100.134-7/12, do dia 24/07/2019.

Art. 2º - A Tomada de Contas Especial, de que trata esta Resolução, será realizada pela Comissão Permanente de Tomada de Contas, designada conforme Resolução SEFAZ nº 67, de 26 de setembro de 2019, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir de sua publicação.

Art. 3º - Declarar que os servidores relacionados no art. 2º desta Resolução, não se encontram impedidos de atuarem no procedimento, conforme dispõe o caput e Parágrafo Único do art. 6º da Deliberação TCE-RJ nº 279, de 24 de agosto de 2017.

Art. 4º - Os resultados dos trabalhos da Comissão de Tomada de Contas, materializados sob a forma de relatório, serão encaminhados a Secretaria de Estado de Fazenda.

Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2019

LUIZ CLAUDIO RODRIGUES DE CARVALHO
Secretário de Estado de Fazenda

Id: 2214438

SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE DE 11/10/2019

PROCESSO Nº E-04/886039/1980 - SILVIA HELENA MENEZES KNOLLER MARTINS, Analista da Fazenda Estadual, ID Funcional nº 1938753-9, AUTORIZO o gozo da Licença Prêmio com validade a contar de 07/10/2019.

Id: 2214479

SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE DE 11/10/2019

PROCESSO Nº E-04/204/2096/2019 - CLAUDIA NUNES SILVA DE BARROS BARRETO, Agente de Fazenda 1ª Categoria, ID Funcional nº 1948115-2 e matrícula nº 0.294.807-3, AUTORIZO, para fins de aposentadoria, nos termos do Art. 18, § 2º, do Decreto-Lei nº 220/75, a contagem em dobro dos períodos de férias não gozadas referente aos exercícios de 1991, 1992 e 1996.

PROCESSO Nº E-04/022/495/2019 - MIGUEL MOURA CARVALHO, Agente de Fazenda 1ª Categoria, ID Funcional nº 1947114-9, matrícula nº 0.257.174-3, AUTORIZO, para fins de aposentadoria, nos termos do Art. 18, § 2º, do Decreto-Lei nº 220/75, a contagem em dobro do período de férias não gozadas referente ao exercício de 1993.

Id: 2214480

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA SUPERINTENDÊNCIA DE TRIBUTAÇÃO

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 04.10.2019
PÁGINA 1 - 2ª COLUNA

ATO DO SUPERINTENDENTE

PORTARIA STU Nº 261 DE 03 DE OUTUBRO DE 2019

FORNECE DADOS PARA O CÁLCULO DO ICMS NAS OPERAÇÕES INTERESTADUAIS COM CAFÉ CRU, NO PERÍODO DE 7 A 13 DE OUTUBRO DE 2019.

Onde se lê:

Art. 1º - A base de cálculo do ICMS nas operações interestaduais com café cru, para o período de 7 a 6 de outubro de 2019, em dólares, é a seguinte:

Leia-se:

Art. 1º - A base de cálculo do ICMS nas operações interestaduais com café cru, para o período de 7 a 13 de outubro de 2019, em dólares, é a seguinte:

Id: 2214557

petente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este certame, contratação e execução dela decorrentes.

ANEXO I
CRONOGRAMA

ETAPAS	PERÍODO
Inscrições	21 de outubro a 29 de novembro de 2019
Resultado preliminar	09 de dezembro de 2019
Interposição de recursos	10 a 13 de dezembro de 2019
Resultado definitivo	24 de dezembro de 2019

ANEXO II

ATRIBUIÇÕES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS EVENTUAIS

COORDENADOR GERAL:

- Cumprir e fazer cumprir os horários estipulados pela DCPS/COO-PE.
- Acompanhar a capacitação dos demais PSEs.
- Reconhecer todos os locais de aplicação de provas.
- Conhecer as necessidades de contratação de pessoas para a prestação dos demais serviços eventuais.
- Conhecer as necessidades e providenciar o acompanhamento e a assistência às pessoas com deficiências e aquelas que tem necessidade e direito a tratamentos especiais.
- Realizar reunião para orientações gerais aos Coordenadores e Executores.
- Separar todo material de acordo com o Mapa de Execução.
- Distribuir os materiais com os cadernos de provas e com material de escritório para os Coordenadores Setoriais.
- Receber o levantamento de candidatos presentes e faltosos, por local de prova.
- Manter contato permanente com o Coordenador Setorial para a resolução das ocorrências do certame.
- Dirimir todas as dúvidas dos demais PSEs sobre a aplicação das provas.
- Atender às solicitações dos Coordenadores Setoriais e dos Executores, quando possível e necessário.

COORDENADOR SETORIAL:

- Cumprir e fazer cumprir os horários estipulados pelo Coordenador Geral e o cronograma do concurso ou processo seletivo.
- Receber do Coordenador Geral os materiais com cadernos de provas e com material de escritório, referente ao seu Mapa de Execução.
- Conferir a presença dos demais PSEs em seus locais de atuação e verificar a necessidade de alocação de pessoas contratadas para os postos de trabalho desocupados.
- Distribuir os materiais nos locais de aplicação de provas correspondentes ao Mapa de Execução.
- Verificar se todas os locais de aplicação de provas foram abertos de acordo com o horário estipulado.
- Manter contato permanente com o Executor para a resolução das ocorrências do certame.
- Providenciar para que todos os candidatos iniciem a realização das provas, rigorosamente, ao mesmo tempo, de acordo com o cronograma.
- Atender às solicitações dos Executores, quando possível e necessário.
- Comunicar, à Coordenação Geral do concurso ou processo seletivo, o levantamento de candidatos presentes e faltosos do seu setor.
- Após a execução das provas, conferir todos os cartões de respostas, listas de presença e, caso tenha utilizado o cartão resposta reserva, relatar no Termo de Ocorrência.
- Após a conferência da execução, acondicionar todo material nos materiais, e lacrá-los.

EXECUTOR:

- Conferir as salas dos candidatos, verificando as condições adequadas para a realização das provas, especialmente o quantitativo de carteiras necessárias;
- Fixar o Espelho de Porta em cada uma das salas de provas;
- Identificar e sinalizar as salas de provas e os banheiros;
- Orientar ao Porteiro de Escola sobre o controle dos horários de entrada e saída dos candidatos, conforme estipulado no cronograma do concurso ou processo seletivo;
- Coordenar, por meio de sinal sonoro ou outro, o início e o término das provas;
- Receber do Coordenador Setorial, o material de Cadernos de Provas, o material com material de escritório (canetas, crachás, envelope com os cartões de respostas e listas, detectores de metais, etc.) e a Pasta de Execução com todos os formulários discriminados no checklist;
- Atender às solicitações dos Itinerantes, dos Fiscais, dos Fiscais Leitores, dos Interpretes de Libras, dos Apoios e Porteiros de Escola, quando possível e necessário.

ITINERANTE:

- Apresentar-se no local e horário para o qual foi designado, dirigindo-se ao Executor para receber orientação e dirimir qualquer dúvida;
- Atuar, efetivamente, na área designada pelo Executor;
- Antes da abertura dos portões, certificar-se de que os fiscais conferiram todos os cartões de respostas com as listas de presença;

- Na entrada dos candidatos, ajudar no encaminhamento às respectivas salas de prova, orientando-os quanto ao uso de banheiros e bebedouros antes do se dirigirem às salas;
- Auxiliar nas salas, se necessário, com a finalidade de evitar filas nas portas;
- Distribuir os pacotes contendo os cadernos de provas, conforme o número de sala registrado na etiqueta;
- Orientar aos fiscais para aguardarem a autorização para abertura e conferência dos cadernos de provas;
- Acompanhar os candidatos que necessitem ausentar-se da sala de prova;
- Cumprir as orientações fornecidas pelo Executor.

FISCAL:

- Apresentar-se no local e horário para o qual foi designado, dirigindo-se ao Executor para receber orientação e dirimir qualquer dúvida;
- Entregar ao candidato, antes de entrar na sala, o saco para aparelhos eletrônicos e dar as orientações necessárias a respeito;
- Colher assinatura do candidato na lista de presença, conferido de acordo com a documentação apresentada;
- Entregar o cartão-resposta, orientando a assinar-lo no campo indicado;
- Realizar a fiscalização de pé, seguindo as orientações estabelecidas pelo Executor, evitando toda e qualquer comunicação entre os candidatos;
- Distribuir as provas, colher a assinatura dos presentes na lista de frequência, o conferir o documento de identificação do candidato;
- Solicitar ao Itinerante que acompanhe os candidatos que necessitem ausentar-se da sala de prova;
- Utilizar detector de metais para checar a ausência de equipamentos eletrônicos com os candidatos;
- Distribuir e recolher cartões-resposta e provas, quando for o caso, organizando-os conforme orientação;
- Relatar ao Executor qualquer anormalidade verificada durante a aplicação das provas.

FISCAL LECTOR:

- Apresentar-se no local e horário para o qual foi designado, dirigindo-se ao Executor para receber orientação e dirimir qualquer dúvida;
- Apresentar-se ao candidato e acompanhá-lo até a sala onde será aplicada a prova;
- Informar ao candidato, verbalmente, os horários de início e de término das provas e o tempo de sua duração;
- Realizar a leitura do Caderno de Questões, Cartão de Respostas, para os portadores de deficiência visual, física, intelectual, autismo, déficit de atenção, dislexia ou outras;
- Perguntar ao candidato se ele deseja efetuar a marcação das respostas ao final de cada item ou ao final da prova, da mesma forma se ele deseja fazer a redação no início ou no final da prova, em alguns casos, principalmente com respeito à deficiência visual;
- O leitor atuará também como transcritor, marcando as alternativas na prova e no gabarito e redigindo a redação;
- Toda a prova deve ser lida, quantas vezes necessitar o candidato. O mesmo pode pedir a releitura de toda a questão ou de alguma(s) alternativa(s);
- Acompanhar o candidato até a saída do local de provas.

INTÉRPRETE DE LIBRAS:

- Apresentar-se no local e horário para o qual foi designado, dirigindo-se ao Executor para receber orientação e dirimir qualquer dúvida;
- Informar ao candidato, verbalmente, (ou por meio da Libras, quando for o caso), os horários de início e de término das provas e o tempo de sua duração;
- Podir ao candidato que confira se o envelope de provas está lacrado antes de abri-lo;
- Informar ao candidato que ele deve reservar tempo suficiente para preenchimento do Cartão de Respostas. Não será permitido o preenchimento do Cartão de Respostas fora do tempo de prova.
- A função do intérprete exige que sejam seguidos alguns preceitos éticos:
- Imparcialidade (interpretação neutra, sem dar opiniões pessoais);
- Distância profissional (não haver interferência da vida pessoal);
- Confidencialidade (sigilo profissional);
- Discrição (estabelecer limites no seu envolvimento durante a atuação);
- Fidelidade (interpretação deve ser fiel, sem alterar a informação mesmo que seja com a intenção de ajudar).

APOIO DE ESCOLA:

- Relatar ao Executor qualquer anormalidade verificada durante a realização das provas;
- Realizar e manter a limpeza das instalações do local de provas;
- Cumprir as orientações fornecidas pelo Executor.
- PORTEIRO DE ESCOLA
- Recepcionar os candidatos;
- Fazer cumprir rigorosamente os horários de entrada e saída dos candidatos de acordo com os horários estipulados no cronograma do concurso ou processo seletivo;
- Cumprir as orientações fornecidas pelo Executor.

ANEXO III

MINUTA DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PARENTESCO

Eu <Nome completo, estado civil>, brasileiro (a), inscrito no CPF nº _____, declaro para os devidos fins e efeitos, não ter relação de matrimônio, união estável ou de parentesco consanguíneo (em linha reta ou colateral, até o terceiro grau) ou por afinidade (em linha reta até terceiro grau, ou em linha colateral até o segundo grau), com candidatos deste Concurso ou Processo Seletivo, que realizarão provas no mesmo local onde atuarei como prestador de serviços.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 20____

Nome Completo
CPF

Id: 22144616

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE AUTOMATIZAÇÃO DA
FISCALIZAÇÃO E ATENDIMENTO
COORDENADORIA DE SUPORTE

EDITAL

A COORDENADORIA DE SUPORTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE AUTOMATIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO E ATENDIMENTO torna público, em obediência ao § 2º do artigo 11 da Resolução SEFAZ nº 109/2017, o CANCELAMENTO das Certidões Negativas, abaixo elencadas, por vício de NULDADE, fundamentado no inciso I, do art. 11, da Resolução SEFAZ nº 109/2017.

CNPJ/CPF	Núm. Certidão	Certidão	Número do Processo
00195690000181	393115	NEGATIVA	E-04/212/2019
00195690000343	393193	NEGATIVA	E-04/212/2019
00240568000180	392237	NEGATIVA	E-04/212/2019
00584462000608	394444	NEGATIVA	E-04/212/2019
00710799000100	392239	POSITIVA EFEITO NEG	E-04/212/2019
00710799000100	392217	POSITIVA EFEITO NEG	E-04/212/2019
00817018000180	390437	POSITIVA EFEITO NEG	E-04/212/2019
00915584000125	393105	NEGATIVA	E-04/212/2019
01008302000179	392808	NEGATIVA	E-04/212/2019
01008302000179	393078	NEGATIVA	E-04/212/2019
01023162000108	389775	NEGATIVA	E-04/212/2019
01156030000100	394991	NEGATIVA	E-04/212/2019
01181977000115	391506	NEGATIVA	E-04/212/2019
01274719000183	391571	NEGATIVA	E-04/212/2019
01274719000183	391573	NEGATIVA	E-04/212/2019
01299615000123	394314	NEGATIVA	E-04/212/2019
01567250000148	395021	NEGATIVA	E-04/212/2019
01916286000112	390999	NEGATIVA	E-04/212/2019

01916286000384	390679	NEGATIVA	E-04/212/2019
01925587000102	390626	NEGATIVA	E-04/212/2019
01925587000102	395254	NEGATIVA	E-04/212/2019
01925587000102	395333	NEGATIVA	E-04/212/2019
02012862001050	393715	POSITIVA EFEITO NEG	E-04/212/2019
02012862002456	393716	POSITIVA EFEITO NEG	E-04/212/2019
02012862004076	393717	POSITIVA EFEITO NEG	E-04/212/2019
02182529000107	394856	NEGATIVA	E-04/212/2019
02182529000107	394858	NEGATIVA	E-04/212/2019
02182529000107	394860	NEGATIVA	E-04/212/2019
02308527000294	389238	NEGATIVA	E-04/212/2019
02528930000103	392496	NEGATIVA	E-04/212/2019
02528930000103	392569	NEGATIVA	E-04/212/2019
02558157001487	390495	POSITIVA EFEITO NEG	E-04/212/2019
02581508000156	390694	NEGATIVA	E-04/212/2019
02581508000156	392846	NEGATIVA	E-04/212/2019
02644369000162	391607	NEGATIVA	E-04/212/2019
02754744000127	392369	NEGATIVA	E-04/212/2019
02793152000114	393793	NEGATIVA	E-04/212/2019
02793152000114	393800	NEGATIVA	E-04/212/2019
02804480001140	394919	NEGATIVA	E-04/212/2019
02923493000167	391210	NEGATIVA	E-04/212/2019
03098293000436	390016	POSITIVA EFEITO NEG	E-04/212/2019
03300974003870	394214	NEGATIVA	E-04/212/2019
03300974004257	394116	NEGATIVA	E-04/212/2019
03300974005571	394234	NEGATIVA	E-04/212/2019
03358912000128	393589	NEGATIVA	E-04/212/2019
03419468000103	389438	NEGATIVA	E-04/212/2019
03683624000149	392927	NEGATIVA	E-04/212/2019
03931563000353	391346	NEGATIVA	E-04/212/2019
04019475000095	390155	POSITIVA EFEITO NEG	E-04/212/2019

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 092/2019 (DRM).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE, como COMODATÁRIA, e a BAYER S/A, como COMODANTE.
OBJETO: OCUPAÇÃO PELA CEDAE EM COMODATO, DOS TERRENSOS INSCRITOS NAS MATRÍCULAS Nº 429 (815M²), 430 (316,45M²) e 441 (315M²), TODOS DE PROPRIEDADE DA BAYER S/A, SITUADOS NO MUNICÍPIO DE BELFORD ROXO, QUE SERÃO UTILIZADOS EXCLUSIVAMENTE COMO PONTO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CARRO-PIPA.
PRAZO: 05 (cinco) anos.
VALOR: Sem valor.
DATA DE ASSINATURA: 20/09/2019.
FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.398/2019.

Id: 2214484

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 131/2019 (DPR).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a LOCTECH LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP.
OBJETO: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, ATRAVÉS DE EQUIPAMENTOS DE SUÇÃO, ASPIRAÇÃO E HIDROJATEAMENTO DE ALTA PRESSÃO, DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO.
PRAZO: 06 (seis) meses.
VALOR: R\$ 6.199.989,12 (seis milhões, cento e noventa e nove mil novecentos e oitenta e nove reais e doze centavos).
DATA DE ASSINATURA: 10/10/2019.
FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.463/2019 (Pregão Eletrônico nº 629/2019).

Id: 2214485

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CN nº 002/2018
OBJETO: "COMPLEMENTAÇÃO E INTERLIGAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO PAQUETA - ETE SÃO GONÇALO".

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica aos interessados que a Concorrência Nacional em epígrafe teve a seguinte ordem de classificação: 1ª colocada e vencedora do certame: ENIMONT - EMPRESA NACIONAL DE INSTALAÇÕES E MONTAGENS LTDA. (R\$ 10.606.570,93), 2ª colocada: ESPECTRO ENGENHARIA LTDA. (R\$ 11.010.160,92) e 3ª colocada: CIVILPORT ENGENHARIA LTDA. (R\$ 12.052.460,94).

Id: 2214426

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 331/2019 - ADPR-31.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO.
DATA DA ETAPA DE LANCES: 30/10/2019 Horário: 11:00 horas.
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes.caixa.gov.br.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 110.720,38.

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico acima citado ou no site www.cedae.com.br/licitacao, podendo, alternativamente, ser retirado mediante permuta de duas resmas de papel tamanho A4 - 75g/m², na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Térreo/Cidade Nova - RJ, telefones: 21 2332-3829 e 2332-3831, no horário de 08h às 12h e de 14h às 17h.

Id: 2214440

Secretaria de Estado de Fazenda

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 012/2017- Termo Contratual nº 046/2019.
PARTES: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA e a Empresa MULTIAMERICAN SERVIÇOS LTDA EPP.
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 012/2017, por mais 24 (vinte e quatro) meses, contados de 29/09/2019.
VALOR: R\$ 522.000,00 (quinhentos e vinte e dois mil reais).
PROGRAMA DE TRABALHO: 2001.04.122.0002.2016
NATUREZA DAS DESPESAS: 3390.39.13
NOTA DE EMPENHO: 2019NE00419
DATA DA ASSINATURA: 26/09/2019
FUNDAMENTO: Lei nº 8.666/1993
PROCESSO Nº E-04/056/93/2016.
Omitido no D.O. de 27/09/2019.

Id: 2214365